

Ministério da Educação
**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**



CONSAD • CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

***Aprova a Política de Governança de
Tecnologia da Informação e Comunicação
(PGovTIC) da Universidade Federal do
Maranhão (UFMA).***

O Reitor da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, usando de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando as recomendações constantes no Guia de Governança de TIC v 2.0 que sugere um modelo referencial de governança de TIC elaborado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SETIC/MP);

Considerando o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC (07/2022 a 06/2027) da UFMA que tem como finalidade definir o planejamento das ações de TIC alinhadas aos objetivos institucionais da UFMA;

Considerando a Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) da UFMA, que estabelece objetivos, princípios, diretrizes gerais, normas, competências, penalidades e política de atualização das ações de segurança da informação nas áreas de competência previstas na Resolução nº 361-CONSUN-2021, de forma a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação da UFMA;

Considerando a importância de estabelecer objetivos, princípios e diretrizes de governança de TIC alinhados às recomendações constantes da norma NBR ISO/IEC 38500:2018, que define a governança de TIC no contexto organizacional, e às boas práticas do modelo COBIT de governança corporativa de TIC e de outros modelos de governança e gestão de TIC reconhecidos nacional ou internacionalmente;

Considerando a necessidade de instituir e implementar o novo Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA);

Considerando a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, e a Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023, 14 de setembro de 2023, e demais normativos legais;

Considerando a Portaria nº 279/2024/UFMA/OEC/REITORIA/GR, de 12 de março de 2024, que dispõe sobre a designação de servidores para a Comissão de Sustentabilidade da UFMA;

Considerando aprovação da Minuta do PLS UFMA – 2025 a 2028 em reunião extraordinária de 15 de maio de 2025;

Considerando o Estatuto da UFMA (Resolução nº 361-CONSUN, de 08 de novembro de 2021), em seu art. 15, inciso XXII;

Considerando finalmente, o contido no Processo n° 11779/2025-63;

R E S O L V E *ad referendum deste Conselho:*

Art. 1º Aprovar a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGovTIC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na forma do Anexo Único, parte integrante e indissociável desta Resolução.

Art. 2º A PGovTIC deverá ser revisada sempre que houver necessidade de adequações às políticas institucionais.

Parágrafo Único. Fica a Comissão de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI), em colaboração com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), responsável pela propositura ao Pleno do Comitê de Governança, Integridade e Transparência (CGIT) das eventuais alterações futuras ao texto desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.
São Luís, 17 de junho de 2025.

Prof. Dr. FERNANDO CARVALHO SILVA

ANEXO ÚNICO

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGovTIC) estabelece objetivos, princípios e diretrizes de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Parágrafo Único. A governança de TIC, desdobramento do Sistema de Governança Institucional, compreende as políticas e práticas de governança e de gestão de TIC no âmbito da UFMA.

Art. 2º A governança de TIC deve promover o direcionamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à gestão de TIC, sob uma perspectiva ampla e transparente da utilização dos recursos de TIC necessários ao estabelecimento dos objetivos estratégicos definidos pela UFMA.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para efeitos desta Política, considera-se:

- I. Alta administração: refere-se às instâncias superiores e que possuem poder decisório;
- II. Áreas finalísticas: unidades organizacionais que atuam diretamente na execução das atividades primárias da instituição;
- III. Áreas meio: unidades organizacionais que suportam as áreas finalísticas na execução de suas atividades;
- IV. Catálogo de serviços de TIC: portfólio de serviços de TIC da organização, que consiste em todos os serviços, que podem ser oferecidos aos atuais e futuros clientes da organização;
- V. Demanda: representa necessidade, oportunidade ou problema relacionado a TIC;
- VI. Diretrizes: conjunto de orientações institucionais que norteiam as ações sobre determinada temática;
- VII. Estratégia de TIC: plano que direciona as ações de TIC para auxiliar a instituição no alcance da estratégia institucional;
- VIII. Estratégia institucional: plano que direciona a instituição em um caminho que deve ser alcançado, otimizando os recursos disponíveis por meio da minimização dos riscos;
- IX. Gestão de riscos de TIC: ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, execução e da gestão contratual;

- X. Gestão de TIC: é a atividade responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC em consonância com a direção definida pela função de governança, a fim de atingir os objetivos institucionais;
- XI. Governança de TIC: conjunto de estruturas, processos, normas e práticas de TIC para direcionar, avaliar e monitorar o uso da TIC, a fim de alcançar os objetivos organizacionais;
- XII. Modelo operacional de TIC: forma, implícita ou explicitamente definida, pela qual a organização orquestra suas capacidades de TIC para alcançar seus objetivos estratégicos;
- XIII. Plano de continuidade do negócio: estratégia detalhada e um conjunto de sistemas para garantir que a empresa consiga evitar a interrupção de suas atividades ou se recuperar rapidamente de uma interrupção significativa;
- XIV. Níveis de serviços: indicador que mensura a qualidade de determinadas atividades e processos de negócio;
- XV. Segurança da informação: proteção de dados de propriedade das organizações contra ameaças diversas;
- XVI. Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): recursos e capacidades utilizados para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações; e
- XVII. Unidade de Tecnologia da Informação: unidade da UFMA responsável pela gestão da tecnologia da informação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA DE TIC

Seção I

Dos Objetivos

Art. 4º

São objetivos da governança de TIC:

- I. Alinhar a estratégia de TIC com a estratégia institucional, buscando otimizar resultados, tratar riscos e focar em soluções sustentáveis;
- II. Estabelecer diretrizes para a gestão de TIC, bem como para as atividades relacionadas ao provimento de seus serviços e soluções;
- III. Direcionar propostas, planos e investimentos de TIC;
- IV. Monitorar e avaliar os resultados obtidos pela gestão de TIC;
- V. Prover mecanismos de prestação de contas e transparência dos investimentos de recursos aplicados em ações de TIC; e
- VI. Definir papéis e responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TIC.

Seção II

Dos Princípios

Art. 5º

São princípios da governança de TIC:

- I. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme consta no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

- II. Planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle, conforme estabelece o art. 6º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- III. Desenvolver estruturas, planos, projetos e serviços de TIC tendo como principal insumo as necessidades das principais partes envolvidas no uso de TIC;
- IV. Implantar a governança de TIC observando o papel estratégico da TIC para contribuir, de maneira eficaz, com a sustentação dos serviços oferecidos pela instituição;
- V. Implantar ações relacionadas à governança de TIC considerando mecanismos para a medição e o monitoramento das metas de TIC, permitindo que a função de governança possa validar, direcionar, justificar e intervir nas estratégias e ações de TIC da organização, realizando benefícios com otimização de custos e riscos;
- VI. O desempenho, os custos, riscos e resultados das ações empreendidas pela unidade de tecnologia da informação deverão ser medidos pela função de gestão de TIC e reportados à alta administração da instituição e à sociedade por meio de canais de comunicação adequados, provendo transparência à aplicação dos recursos públicos em iniciativas de TIC e propiciando amplo acesso e divulgação das informações;
- VII. Os papéis e responsabilidades acerca das tomadas de decisão que envolvem os diversos aspectos de TIC deverão ser definidos, compreendidos e aceitos de maneira clara e sem ambiguidade, de forma a assegurar a adequada prestação de contas das ações, bem como a responsabilização pelos atos praticados; e
- VIII. As práticas de Governança de TIC deverão contribuir para que as ações de TIC estejam em conformidade com obrigações regulamentares, legislativas, legais e contratuais aplicáveis.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS

Seção I Das Diretrizes para a Governança de TIC

Art. 6º

São diretrizes para a governança de TIC:

- I. Formalizar instrumentos legais que subsidiem os processos e os procedimentos operacionais de TIC;
- II. Formalizar a autoridade e a responsabilidade pelas decisões e ações relacionadas a TIC;
- III. Assegurar que todos os instrumentos legais relacionados a TIC sejam compreendidos e aceitos por todos os indivíduos e grupos dentro da Instituição;
- IV. Garantir que a estratégia institucional observe as capacidades atuais e futuras de TIC, assim como as estratégias e planos de TIC devem satisfazer as necessidades atuais e contínuas da estratégia institucional;

- V. Monitorar e avaliar periodicamente o alcance das metas definidas nos planos de TIC, o cumprimento dos níveis de serviços estabelecidos e a conformidade e o desempenho dos processos relacionados à TIC;
- VI. Integrar as áreas finalísticas, meio e de TIC mediante diálogo permanente e adoção de um vocabulário comum; e
- VII. Assegurar que as atividades de TI estejam em conformidade com toda a legislação e regulamentos vigentes.

Seção II

Das Diretrizes para a Estratégia de TIC

Art. 7º

São diretrizes para a elaboração da estratégia de TIC:

- I. Compreender os programas, projetos e processos de trabalho da instituição, com o objetivo de identificar oportunidades que possam ser alavancadas pelo uso de TIC;
- II. Centralizar as iniciativas para atendimento às necessidades de negócio relacionadas à TIC;
- III. Elaborar estratégias e planos de TIC que contemplem objetivos de médio e longo prazo, bem como iniciativas e prioridades, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais;
- IV. Definir indicadores e estabelecer metas para avaliação dos objetivos estabelecidos, em função dos benefícios esperados para a Instituição;
- V. Buscar a ampla participação das unidades organizacionais da instituição na formulação das estratégias e planos de TI;
- VI. Assegurar mecanismos de transparência na execução das estratégias e planos de TIC;
- VII. Estabelecer critérios de priorização e alocação orçamentária para os programas e projetos de TI; e
- VIII. Alinhar a proposta orçamentária anual e as estratégias e planos de TIC.

Art. 8º

Para cumprir as diretrizes que trata o art. 7º serão formulados os seguintes planos, que nortearão os programas, projetos, serviços, *softwares* e operações de TI:

- I. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), harmonizado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Estratégia de Governo Digital (EGD) que estiver vigente;
- II. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), harmonizado com o PETIC; e
- III. Catálogo de programas e projetos de TIC.

§ 1º

Os planos que contemplam os incisos I e II podem ser contemplados em um único documento.

§ 2º

O PDTIC terá seus resultados monitorados semestralmente pelo Comitê de Governança, Integridade e Transparência (CGIT).

§ 3º O PDTIC será revisado anualmente em caráter ordinário quando houver necessidade ou mediante critérios que devem ser estabelecidos no próprio plano.

§ 4º A unidade de tecnologia da informação definirá anualmente se haverá necessidade de realizar a revisão ordinária do PDTIC.

Seção III

Das Diretrizes para Serviços de TIC

Art. 9º São diretrizes para a gestão de serviços de TIC:

- I. Serviços de TIC devem ser relacionados e formalizados no Catálogo de Serviços de TIC;
- II. Níveis de serviços de TIC devem ser definidos e revisados periodicamente;
- III. Desempenho dos serviços de TIC deverá ser mensurado e informado semestralmente ao CGIT;
- IV. Processos operacionais, infraestrutura e aplicações devem ser gerenciados de forma a cumprir os níveis de serviços;
- V. Prestação de serviços de TIC deve ser centralizada na unidade de tecnologia da informação;
- VI. Utilização da informação, da infraestrutura e das aplicações, necessária para a prestação dos serviços de TIC devem ser racionalizadas; e
- VII. Processos, serviços, infraestrutura e aplicações devem estar integrados e ser interoperáveis.

§ 1º Os serviços de TIC contidos no catálogo devem conter minimamente as seguintes informações:

- I. Público alvo;
- II. Forma de atendimento;
- III. Forma de acesso;
- IV. Etapas para processamento;
- V. Prazo para prestação;
- VI. Forma de comunicação; e
- VII. Requisitos.

§ 2º Relatórios de prestação de contas dos serviços de TIC para a comunidade universitária deverão ser emitidos trimestralmente ou em periodicidade inferior se não houver comprometimento das atividades.

Art. 10 Para manter a continuidade da prestação de serviços de TIC em caso de desastres e sinistros na infraestrutura física e lógica de TIC, a unidade de tecnologia da informação deve formular e implantar um Plano de Continuidade de Negócio com a participação de todas as unidades interessadas no sucesso do plano.

§ 1º O Plano de Continuidade de Negócio deverá ser testado e revisado periodicamente, de forma a refletir as mudanças na infraestrutura física e lógica de TIC e as necessidades atuais da instituição.

§ 2º O Plano de Continuidade de Negócio deverá considerar os riscos existentes relativos à infraestrutura física e lógica de TIC, bem como a criticidade dos serviços de TIC para a Instituição.

Art. 11 O usuário que desrespeitar a norma operacional de um serviço, estará sujeito às seguintes sanções e/ou penalidades:

- I. Advertência escrita;
- II. Suspensão temporária do acesso aos serviços, total ou parcialmente;
- III. Suspensão permanente do acesso aos serviços, total ou parcialmente;
- IV. Aquelas previstas no Regime Jurídico Único do Serviço Público Federal, Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994; e
- V. Aquelas previstas no Código de Processo Civil e Criminal, quando aplicável.

Seção IV

Das Diretrizes para Gestão de Pessoas de TIC

Art. 12 As atividades de gestão de pessoas de TI devem observar as seguintes diretrizes específicas:

- I. O desenvolvimento de competências adequadas à gestão de TIC, realizada de forma continuada; e
- II. A capacitação do pessoal de TIC de forma planejada e orientada para o cumprimento dos princípios e políticas e para o alcance das metas institucionais e de TIC.

Art. 13 Todas as pessoas que possuam cargos relacionados a TIC devem ser lotadas na unidade de tecnologia da informação.

§ 1º As pessoas de TIC com cargos de nível superior deverão estar lotadas e em exercício na unidade de tecnologia da informação.

§ 2º As pessoas de TIC com cargos de nível médio poderão estar em exercício em qualquer outra unidade, conforme entendimento da unidade de tecnologia da informação.

§ 3º As pessoas de TIC que trata o § 1º do *caput* poderão exercer suas atividades em outro Câmpus mediante autorização da unidade de tecnologia da informação com anuência, da unidade de exercício e da Reitoria, desde que:

- I. Exista local apropriado no novo câmpus para que a pessoa exerça suas atividades;

- II. Não haja prejuízo na comunicação e no desempenho das atividades exercidas; e
- III. Pessoa continue lotada e subordinada a unidade de tecnologia da informação.

§ 4º As pessoas de TIC que trata o § 2º do *caput* respondem a unidade de tecnologia da informação, que deve oferecer orientações e capacitações mínimas necessárias para exercerem suas atribuições.

Seção V

Das Diretrizes para Aquisição de TIC

Art. 14 As aquisições de TIC deverão cumprir as seguintes diretrizes específicas:

- I. Realização por justificativas válidas, baseadas numa análise adequada, com tomada de decisão clara e transparente, buscando equilibrar apropriadamente os benefícios, custos e riscos;
- II. Integração e alinhamento das aquisições de TIC às estratégias, planos e prioridades institucionais, considerando a alocação orçamentária necessária à realização das iniciativas planejadas e ao custeio dos contratos vigentes de serviços de natureza continuada;
- III. Padronização do processo de aquisições de TIC;
- IV. Planejamento com vistas à aquisição, sempre que justificável, de soluções completas, contemplando itens como implantação, treinamento, suporte, operação e demais componentes necessários ao alcance dos objetivos definidos;
- V. Estabelecimento, sempre que possível, nos contratos com fornecedores, de previsão de pagamentos em função de resultados verificáveis e baseados em níveis mínimos de serviços; e
- VI. Preservação dos direitos de propriedade intelectual da instituição sobre códigos, documentos e outros elementos integrantes de aplicações que sejam desenvolvidas especificamente para a instituição, com recursos próprios ou de terceiros.

Seção VI

Das Diretrizes para Gestão de Riscos de TIC

Art. 15 As atividades de gestão de riscos de TIC devem obedecer às seguintes diretrizes específicas:

- I. Fomentar a cultura de gestão de riscos como fator essencial para implantar as estratégias e planos de TIC, tomar decisões e realizar os objetivos relacionados à TIC;
- II. Considerar que os riscos de TIC tem impacto sobre outras organizações públicas e demais partes interessadas e comunicar, consultar e compartilhar informações regularmente com essas partes;
- III. Os riscos de TIC devem ser identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados de forma contínua mediante processos formalizados; e

IV. A alta direção deverá estabelecer critérios para aceitação dos riscos relacionados à TIC, considerando aspectos legais, financeiros, sociais, operacionais, tecnológicos, negociais e de imagem do Ministério.

Seção VII

Das Diretrizes para Segurança da Informação

Art. 16 As diretrizes para segurança da informação devem ser estabelecidas em política própria.

CAPÍTULO V

DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 17 As estruturas organizacionais que compõem a governança de TIC da UFMA são:

- I. Comitê de Governança, Integridade e Transparência (CGIT); e
- II. Comissão de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI).

Art. 18 As competências do CGIT e a sua composição serão definidas em seu Regimento Interno.

Art. 19 As competências do CGDSI são:

- I. Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC);
- II. Elaborar a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC);
- III. Apreciar Políticas de Segurança relativas a Tecnologias de Informação;
- IV. Apreciar o Plano Anual de Investimento para a área de Tecnologia de Informação, para o exercício subsequente;
- V. Propor as diretrizes de planejamento, organização e execução das atividades de Tecnologia de Informação e Segurança da Informação;
- VI. Propor a definição de prioridades na formulação e execução de planos e projetos institucionais relacionados à Tecnologia de Informação;
- VII. Elaborar o Plano de implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na Instituição;
- VIII. Atualizar o Plano de Dados Abertos da UFMA;
- IX. Orientar as unidades e subunidades da UFMA sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;
- X. Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação e à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 12.527/2011;
- XI. Avaliar e monitorar a implementação do disposto no Decreto nº 7.724/2012;

XII. Apresentar Relatório Anual sobre o cumprimento do Decreto nº 7.724/2012 e o Relatório Anual de Plano de Dados Abertos, os quais integrarão o Relatório de Gestão Anual da Universidade, com vista a encaminhá-los à Controladoria-Geral da União; e

XIII. Recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação do Decreto nº 7.724/2012 e demais normas pertinentes.

Parágrafo Único.

O CGDSI constitui uma comissão operacional do CGIT, e sua composição deverá ser definida por portaria do dirigente máximo da

Instituição.

Art. 20

A unidade de tecnologia da informação será responsável por realizar a gestão de TIC e estabelecerá seu modelo operacional conforme as

seguintes diretrizes:

I. Alinhamento aos objetivos estratégicos de TIC;

II. Observância às legislações instituídas, até mesmo aquelas expedidas por instâncias externas e/ou superiores;

III. Adoção de boas práticas; e

IV. Otimização do uso dos recursos.

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 21

Os casos omissos durante a aplicação desta política serão tratados pelo CGIT.

Art. 22

A unidade de tecnologia da informação terá até 12 (doze) meses, a partir da data de publicação desta Resolução, para operacionalizar essa

Política.